

**OS CÓDICES DA COLEÇÃO “FAMÍLIA CÉSAR DE MENESES” E O GOVERNO
DO ESTADO DO BRASIL: TRAJETÓRIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DO
VICE-REI VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES (1720-1735)**

THE CODICES OF THE “CÉSAR DE MENESES FAMILY” COLLECTION AND THE
GOVERNMENT OF THE STATE OF BRAZIL: TRAJECTORY, POLITICS, AND
ADMINISTRATION OF VICEROY VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES
(1720–1735)

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO¹

Resumo

O artigo é um testemunho sobre minha trajetória de pesquisa desde a descoberta, identificação e análise dos códices pertencentes à coleção “Família César de Meneses”, preservada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao seguir as pistas deixadas por Capistrano de Abreu sobre um manuscrito sertanista escrito pelo coronel Pedro Barbosa Leal em 1725, a pesquisa revelou um conjunto de 26 códices manuscritos contendo registros das secretarias de governo de membros da família César de Meneses, com destaque para a administração do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (1720–1735).

Palavras-chave: Pesquisa Histórica; Coleção Família César de Meneses; Estado do Brasil; Vice-rei.

Abstract

The paper is an account of my research trajectory, beginning with the discovery, identification, and analysis of the codices belonging to the “Família César de Meneses” collection, preserved at the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. By following the clues left by Capistrano de Abreu regarding a sertanista manuscript written in 1725 by Colonel Pedro Barbosa Leal, the research uncovered a set of twenty-six manuscript codices containing the records of the government secretariats of members of the César de Meneses family, with particular emphasis on the administration of the viceroy Vasco Fernandes César de Meneses (1720–1735).

Keywords: Historical Research; César de Meneses Family Collection; State of Brazil; Viceroy.

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UNEB). Bolsista CNPQ de Pós-doutorado Júnior. E-mail: helidas@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1290-7358>.

O historiador Capistrano de Abreu publicou em 1885 na *Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil* a transcrição de um manuscrito ao qual ele atribuiu o título de “Robério Dias e as minas de prata, segundo novos documentos²”. O autor da *Notícia* foi o coronel Pedro Barbosa Leal, cuja trajetória nos sertões da Bahia, após décadas de serviços prestados à Coroa em expedições pelo interior, conferiu ao texto o estatuto de um dos mais célebres testemunhos escritos por um sertanista baiano. A *Notícia* foi escrita em 22 de novembro de 1725, no seu engenho situado na freguesia de São Pedro de Muritiba, no Recôncavo baiano, já nos últimos anos de sua vida, circunstância que lhe atribui um caráter singular, aproximando-a de um verdadeiro testamento intelectual do sertanismo ilustrado da Época Moderna. A missiva foi remetida ao 4º vice-rei do Estado do Brasil Vasco Fernandes César de Meneses (1720–1735)³ em resposta a uma consulta que lhe fora dirigida pelo vice-rei alguns meses antes. O tema central da notícia versava sobre a possibilidade de existência das famosas minas de prata, pretensamente descobertas por Belquior Dias Moreira, o Moribeca, no começo do século XVII. Apresentamos aqui a introdução escrita por Capistrano de Abreu, na qual ele aponta alguns indícios sobre a trajetória do coronel Pedro Barbosa Leal e a menção a um processo civil que havia tramitado no Tribunal da Relação da Bahia.

Antes de terminar, algumas palavras sobre o Coronel Pedro Barbosa Leal. Nasceu na Bahia pelo meado do século XVII, de uma das mais nobres famílias daquele tempo. Foi encarregado de diversas comissões importantes, entre as quais a de examinar as minas de salitre do rio S. Francisco e de inaugurar a vila de Jacobina. **Encontramo-lo em processos e demandas com os frades de S. Bento e a casa da Torre por causa de terras, e com o Capitão Manoel Francisco dos Santos Soledade, por tê-lo prendido em Jacobina. Parte do processo com este existe no Instituto Histórico, e contém notícias bem interessantes sobre as bandeiras da Bahia.** [grifo nosso] Morreu pelo ano de 1734 pouco mais ou menos. Era um dos maiores proprietários da Bahia, muito considerado, homem de confiança dos vice-reis Câmara Coutinho, (*o Braço de Prata*), de D. João de Lencastre e do Conde de Sabugosa, os quais todos em cartas que lhe escreveram e andam anexas ao processo contra Soledade mostram-lhe estima e afeição muito significativas. Valeria a pena escrever a sua biografia, para a qual no Instituto Histórico e na Biblioteca Nacional existem muitos documentos; mas isto é trabalho que só pode ser feito na

² O documento custodiado no IHGB é o original e contém uma assinatura autógrafa de Pedro Barbosa Leal. IHGB - ARQ 2.4.8. “Relações feitas pelo coronel Pedro Barbosa Leal do Certão, e Minas desta Capitania em que aponta vários Roteiros, e outras notícias, e também o que observou, e achou estando na Jacobina e Rio de Contas”. Fls 138-149. Muito provavelmente foi a partir desse manuscrito que Capistrano de Abreu fez sua transcrição. ABREU, Capistrano. “Robério Dias e as Minas de Prata, segundo novos documentos”. **Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil**. Rio de Janeiro, 1885, p. 14-22 e 66-78.

³ 1º Conde de Sabugosa (1729), primogênito de Luiz de César de Meneses (Governador de Angola e de São Paulo) e D. Mariana de Lencastre, sobrinho de D. João de Lencastre foi vice-rei no Estado da Índia (1712-1717) e esteve à frente do governo geral do Estado do Brasil de 23 de novembro de 1720 até maio de 1735.

Bahia, especialmente em S. Amaro, em cujos cartórios deve existir o seu inventário, ou quaisquer outras fontes de informações.⁴

No ano de 2012 eu estava reunindo documentação para preparar meu projeto de doutorado sobre as vilas auríferas da capitania da Bahia. Inicialmente eu estava interessada em estudar a fundação da vila de Santo Antônio da Jacobina que foi instalada em 1722, após o indulto régio que autorizava a mineração nos sertões da Bahia⁵. Após tomar conhecimento do texto viajei até o Rio de Janeiro para consultar nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as pistas deixadas por Capistrano de Abreu na passagem acima transcrita. Procurei nas fichas datilografadas do arquivo e encontrei o referido processo movido contra o coronel Pedro Barbosa Leal registrado com o título de “*Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal*”⁶. Após a análise dos 694 fôlios, verifiquei que Barbosa Leal havia anexado ao processo muitos documentos inéditos que atestavam um conhecimento apurado sobre as dinâmicas sociais das áreas de mineração do interior da Bahia. Entre os anos de 1721 e 1725 ele havia sido provido pelo vice-rei no posto de superintendente das minas dos sertões da Bahia, com poderes para atuar em Jacobina e Rio de Contas. Por esse motivo Barbosa Leal tinha em sua posse uma cópia dos róis de confessados produzidos pelo pároco da vila de Jacobina relativos aos anos de 1718 e 1720; as listas de indivíduos que arremataram datas de mineração e os trabalhadores de bateias dos anos de 1721 e 1723⁷. Além disso, ele inseriu em sua defesa uma parte considerável de sua correspondência pessoal, acervo de missivas trocadas com sua extensa rede clientelar, que incluía desde outros sertanistas, até oficiais régios que haviam ocupado o posto de governadores gerais do estado do Brasil. Seu objetivo era se defender das acusações que lhe foram imputadas pelo autor do processo, o

⁴ ABREU, Op. cit. p. 15.

⁵ Para saber mais sobre a fundação da Vila de Jacobina ver: CONCEIÇÃO, Héli da Santos. “Os sertões baianos na monarquia pluricontinental portuguesa: a edificação da vila aurífera de Santo Antônio de Jacobina, século XVIII”. In: MENEZES, Adriano; FERREIRA, Jackson; OLIVEIRA, Valter (orgs). **Jacobinas: Olhares sobre um sertão**. Salvador, EDUFBA, 2024, p. 81-104

⁶ IHGB. LEAL, DL 970.3 Lata 5, Doc. 15. Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730. 694 fls.

⁷ Para uma análise pormenorizada destas listas de moradores e suas relações com a mineração na vila de Jacobina ver: CONCEIÇÃO, Héli da. Hierarquias sociais e trabalhadores de bateias nos sertões da Bahia: um estudo de caso na vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina, 1720-1723. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–25, 2023. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e96252. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundodotrabalho/article/view/96252>. Acesso em: 19 fev. 2026.

capitão Manoel dos Santos Soledade, comprovando que ele era um homem que vivia à lei da Nobreza e de reputação ilibada.⁸

Nos dias seguintes, contei com o inestimável suporte da chefe da seção do Arquivo, que me auxiliou no levantamento da história custodial do *Autos de Justificação*. Assim, descobrimos para minha grata surpresa, que o referido processo fazia parte de uma coleção muito mais ampla. Os *Autos de justificação* era um dos documentos que integravam a “*Coleção Família César de Meneses*” composta por 26 códices manuscritos que continham os “livros de registros” das secretarias de governo dos César de Meneses. Tratava-se, portanto, da documentação arquivística que guardava a memória dos expedientes administrativos do período em que diversos membros desta família aristocrática portuguesa estiveram nos postos de governadores das capitanias da Bahia, São Paulo, Pernambuco e Paraíba. Luís César de Meneses havia governado o Rio de Janeiro (1690-1693) e Angola (1697-1701), além de ter sido governador-geral do Estado do Brasil (1705-1710)⁹; Rodrigo César de Meneses, filho secundogênito de Luís César foi governador na Capitania de São Paulo (1721-1727) e governador de Angola (1733-1738); Vasco Fernandes César de Meneses foi vice-rei na Índia (1712-1717) e no Estado do Brasil (1720-1735), ocasião na qual recebeu o título de 1º Conde de Sabugosa (1729); por fim, no período pombalino entre 1774 e 1787, José César de Meneses foi governador da capitania de Pernambuco.

Os documentos desta coleção foram oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Dr. Francisco Baltazar da Silveira no ano de 1867 e foi submetido à análise do conselheiro Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro que indicou a aquisição desse valioso conjunto documental¹⁰. O parecer apresentou o breve exame dos 26 volumes manuscritos,

⁸ Para saber mais sobre esta querela judicial ver: CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Um Mapa na Algibeira: Fronteiras e Conquistas em um Roteiro Sertanista do Século XVIII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (org.). **História dos sertões: Conexões Coloniais**: Programa de Pós-graduação do Ceres, Criação Editora, Caicó, RN, 2023, p. 30-46. Júnia Furtado também analisou a biografia do capitão Manoel Soledade e um mapa de sua autoria levantando hipóteses, bastante questionáveis, sobre as possíveis metamorfoses que este capitão teria passado ao longo de sua trajetória. Ver: FURTADO, Júnia. O Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil: novas metamorfoses da colonização. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Brasil, África e Ásia na Monarquia Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. 1º ed. Rio de Janeiro, Mauad, 2024, p. 357-380.

⁹ Estes códices foram analisados na dissertação de Mestrado de Leonardo Oliveira que fez um amplo trabalho de análise sobre as redes clientelares e administrativas estabelecidas por Luís César de Meneses e seus correspondentes em uma companhia mercantil que negociava escravos africanos entre o Brasil e Angola. OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira. **Redes de poder em governanças do Brasil a Angola: administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís César de Meneses, 1697-1701)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2013.

¹⁰ A coleção foi adquirida pelo valor de 1:080\$480 e o texto completo do parecer pode ser visto em: RIHGB Tomo 30, pte.2, 1867 [16/05/1867], p. 478-480.

destacando sua relevância documental e histórica. O conselheiro indicou que parte significativa do acervo reunia correspondência oficial e semi-oficial de Vasco Fernandes César de Meneses, além de volumes relativos à Academia Brasílica dos Esquecidos e a referência ao processo movido contra o coronel Pedro Barbosa Leal. A coleção inclui ainda uma agenda manuscrita de Rodrigo César de Meneses, considerada reveladora de seu perfil administrativo e de sua personalidade. Também integram o conjunto 10 volumes referentes à administração de José César de Meneses em Pernambuco (1774–1787), acompanhados de registros de comunicação fazendária e de legislação sobre restrições ao acesso de navios estrangeiros aos portos. O conselheiro destacou a existência de um livro com rascunhos de cartas de Luiz César de Meneses, governador de Angola, o qual oferece informações sobre o tráfico de africanos e práticas comerciais do período. O conselheiro observou com precisão que parte dos documentos eram inéditos, não estando custodiados em outros arquivos, por isso, sugeriu tratar-se de um arquivo de família. Os códices estavam em posse do Conde de São Lourenço em Lisboa e foram entregues ao Dr. Ernesto Adolfo de Freitas que fez a oferta de venda para o IHGB. Por fim, ressaltou o mau estado de conservação de diversos volumes, o que dificultaria sua leitura e análise.

Após a leitura do parecer do conselheiro Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, tornou-se evidente que eu tinha em mãos uma expressiva coleção de documentos até então inexplorada e ainda desconhecida pela historiografia, sobretudo, no que diz respeito à memória governativa produzida na gestão de Vasco Fernandes César de Meneses. Vale ressaltar que mesmo os estudos da professora Maria de Fátima Gouveia, que analisou a rede governativa articulada pelos César de Meneses com outros agentes da governação do Atlântico Sul na Época Moderna, não mencionam esse conjunto documental, pois a autora não indicou em suas publicações os arquivos pertencentes a essa coleção do IHGB. Uma ressalva deve ser feita ao já mencionado trabalho de Leonardo Oliveira que em 2013 defendeu uma dissertação sobre a correspondência de Luís César de Meneses e sua rede de interlocutores no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Lisboa e Ilha da Madeira. Contudo, o autor não menciona a existência de outros códices a não ser o compilado de cartas que tinham como principal assunto o trato negro.

Entre 2012 e 2018 continuei fazendo pesquisa na *Coleção* e pude ler centenas de documentos organizados nos oito códices produzidos pela secretaria de governo do vice-rei

Vasco Fernandes César de Meneses, além do *Autos de justificação*, uma vez que neste processo foi possível encontrar raríssimos registros documentais que permitiram fazer uma história social dos sertões da Bahia, nomeadamente da vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina nas primeiras décadas do século XVIII. Na minha tese de doutorado “O sertão e o império: As vilas auríferas da capitania da Bahia (1700-1750)” procurei demonstrar que no governo de D. João V, em função dos descobrimentos auríferos, os sertões do Estado da Brasil foram sendo incorporados à arquitetura político administrativa da coroa portuguesa. Nesta conjuntura, o vice-rei teve uma proeminente atuação por ter sido um agente central na articulação de uma extensa rede clientelar formada por sertanistas que atuavam nas frentes de conquista territorial e nos descobrimentos auríferos do interior da Bahia. Destaco que só foi possível sustentar esta hipótese porque a *Coleção* contém Cartas de lei, Cartas régias, Alvarás, Provisões, Editais, Bandos, notícias sertanistas, Regimentos, Memórias de governo, enfim, uma série de documentos que registraram os expedientes internos da governação do vice-rei no Estado do Brasil entre os anos de 1720 e 1735. Os códices revelam muito claramente que Vasco Fernandes, auxiliado pelo seu secretário de governo Domingos Luís Moreira, foi um oficial régio extremamente produtivo no que tange ao volume de sua comunicação política. Em função dos expedientes da governação seus principais interlocutores eram o rei D. João V, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, os secretários do Conselho Ultramarino, além de diversas autoridades em Portugal e no Estado do Brasil.

Outra informação relevante é que trabalhos já publicados¹¹ cogitam a possibilidade de que os arquivos das Secretarias de Estado tenham se perdido durante o terremoto de Lisboa de 1755, ou até possam está espalhados em diversos arquivos, o que traria enormes dificuldades para melhor conhecer a ingerência dos secretários que auxiliavam o Rei na tomada de decisões sobre matérias administrativas. Deste modo, os códices do governo do vice-rei tornam-se ainda mais relevantes, por tratar-se de registros incontornáveis sobre os expedientes da governação lusa no Atlântico Sul. Os códices possuem a comunicação estabelecida entre o vice-rei e o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, que auxiliava diretamente

¹¹ COSTA, André da Silva. **Os secretários e o estado do Rei: Luta de corte e poder político, sécs. XVI-XVII**. Dissertação de mestrado em História Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2009, p. 221-222.

BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. “O Conselho ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas.” FRAGOSO, João. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro, civilização Brasileira. 1ª edição, 2017. p. 137-158.

D. João V desde o ano de 1707 até 1736, quando veio a falecer. Convém destacar os documentos catalogados como “Cartas de Matérias Novas”, outra raridade dos códices, que via de regra, informavam as decisões tomadas pelo vice-rei no encaminhamento de matérias urgentes que poderiam ser resolvidas no âmbito de suas competências jurisdicionais.

Desde 2018, venho trabalhando de forma contínua com os códices do governo do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses. Esse percurso me levou a estruturar um projeto de pós-doutorado voltado ao estudo sistemático do governo, da justiça e da produção normativa no Estado do Brasil, tomando a trajetória do vice-rei como eixo central de análise¹². O objetivo do pos-doc é compilar os registros da Secretaria de Governo e a comunicação política do vice-rei para compreender a produção dos dispositivos normativos que estruturaram as decisões políticas e a governabilidade no Estado do Brasil. Ao examinar os códices e catalogar também a correspondência pessoal, procuro identificar os conflitos, os agentes envolvidos, as dinâmicas administrativas e os processos de decisão que marcaram sua gestão. A proposta é contribuir para o debate sobre o estatuto político dos vice-reis, analisando as conexões entre a Coroa e os oficiais régios nas conquistas, para analisar as práticas governativas e a circulação das culturas jurídicas ibéricas nos territórios coloniais. Ao final da pesquisa de pós-doutorado pretendo escrever um livro sobre a trajetória do vice-rei e produzir um catálogo de fontes a partir dos códices da sua secretaria de governo.

Em janeiro de 2026, apresentei resultados parciais da pesquisa em curso no seminário “Artes de governo e justiça: A atuação dos vice-reis e governadores na América Ibérica (séc. XVI-XVIII)”, promovido pelo Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (CHAM/FCSH). Na ocasião, esteve presente o senhor António Maria de Mello Silva César e Meneses, atual 13º Conde de Sabugosa e descendente do vice-rei por linhagem familiar. O nosso contato foi particularmente significativo neste momento da pesquisa, já que após esse encontro, fui gentilmente convidada para visitar o Palácio Sabugosa, residência histórica da família, construída ainda no século XVII no local onde havia a chamada “Quinta Cesária” na freguesia de Alcântara, na cidade de Lisboa. No dia 29 de janeiro fiz uma apresentação da minha pesquisa para a família César de Meneses, justamente na casa senhorial que havia sido construída e reformada pelo Vice-rei Vasco Fernandes e local no qual passou os últimos anos

¹² O atual projeto de pesquisa de pós-doutorado “Governo, justiça e produção normativa no Estado do Brasil: a administração do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (1720-1735), desenvolvido no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense sob a supervisão da Professora Dra. Maria Fernanda Bicalho e com bolsa aprovada no edital CNPQ 049/2024.

da sua vida. A partir desse encontro, iniciaram-se tratativas para que eu pudesse também consultar a documentação privada dos condes de Sabugosa, o que poderá ampliar de maneira substantiva o escopo da investigação.

Não é comum que historiadores exponham, em seus textos, os bastidores das suas pesquisas ou os percursos que os levou a determinados conjuntos documentais. Ainda assim, optei por fazê-lo neste artigo por duas razões centrais. A primeira diz respeito ao caráter raro e inédito dos códices encontrados no arquivo do IHGB: ao identificá-los e demonstrar sua relevância, realizei um verdadeiro ‘furo’ documental, como pretendi destacar ao longo deste texto. A segunda razão é de ordem metodológica, pois muitas vezes, o trabalho silencioso com as fontes — sua localização, organização e materialidade — permanece invisibilizada, quando, na prática, sabemos que a tipologia documental e a história custodial das fontes, orientam decisivamente o rumo das nossas investigações, confirmando, reformulando ou mesmo contrariando hipóteses iniciais.

Por isso considero fundamental assinalar que os códices “Família César de Meneses” veio à luz no contexto da minha pesquisa de doutorado e que agora estou construindo um percurso de análise mais sistemático. Ainda há muito a ser explorado nesses códices e em outros arquivos que preservam fontes capazes de iluminar, sob diferentes prismas, aspectos da história do nosso passado colonial. Nesse sentido, o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro revela-se particularmente rico, reunindo coleções de enorme potencial para a escrita de novas interpretações históricas.

Por fim, gostaria de destacar uma coincidência sugestiva ao retomar as palavras finais de Capistrano de Abreu, citadas na abertura deste artigo. Ao concluir seu texto, ele afirmou que aquele trabalho sobre o Pedro Barbosa Leal só poderia ser realizado na Bahia, especialmente em Santo Amaro, onde, segundo ele, deveria existir nos cartórios um inventário que trouxesse mais informações sobre sua biografia. Não deixa de ser significativo que eu tenha nascido justamente na cidade de Santo Amaro no recôncavo baiano e que, assim como o próprio Pedro Barbosa Leal, tenha ido trabalhar em Jacobina ao assumir meu cargo de docente em 2010 na Universidade do Estado da Bahia.

Pode parecer apenas uma coincidência biográfica, mas esse entrelaçamento de trajetórias evidencia como a pesquisa histórica e a vida pessoal, podem ser atravessadas por percursos inesperados. Muitas vezes, os caminhos que nos conduzem às fontes e aos personagens que investigamos não são lineares, antes disso, eu diria que são feitos de



aproximações, deslocamentos e reencontros que cada dia me faz ressignificar o ofício de historiador.

Referências bibliográficas

BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. “O Conselho ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas.” FRAGOSO, João. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro, civilização Brasileira. 1ª edição, 2017. p. 137-158.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O Sertão e o Império : As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)**. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Um Mapa na Algibeira: Fronteiras e Conquistas em um Roteiro Sertanista do Século XVIII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (org.). **História dos sertões: Conexões Coloniais**. Programa de Pós Graduação do Ceres, Criação Editora, Caicó, RN, 2023, p. 30-46.

CONCEIÇÃO, Hélida. Hierarquias sociais e trabalhadores de bateias nos sertões da Bahia: um estudo de caso na vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina, 1720-1723. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–25, 2023. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e96252. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/96252>. Acesso em: 19 fev. 2026.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. “Os sertões baianos na monarquia pluricontinental portuguesa: a edificação da vila aurífera de Santo Antônio de Jacobina, século XVIII”. In: MENEZES, Adriano; FERREIRA, Jackson; OLIVEIRA, Valter (orgs). **Jacobinas: Olhares sobre um sertão**. Salvador, EDUFBA, 2024, p. 81-104

COSTA, André da Silva. **Os secretários e o estado do Rei: Luta de corte e poder político, sécs. XVI-XVII**. Dissertação de mestrado em História Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2009.

FURTADO, Júnia. O Roteiro Ilustrado de Terras Minerais do Brasil: novas metamorfoses da colonização. In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Brasil, África e Ásia na Monarquia Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. 1º ed. Rio de Janeiro, Mauad, 2024, p. 357-380.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português. c. 1680-1730.” In: FRAGOSO, J. GOUVEA, Maria de Fátima. (orgs.) **Na trama das redes: Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 155-202.

OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira. **Redes de poder em governanças do Brasil a Angola: administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís César de Meneses, 1697-1701)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2013.

RIHGB, Tomo 30, pte.2, 1867 [16/05/1867], p. 478-480.